



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 154/95, do Senhor CÁSSIO TANIGUCHI, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI, que pede esclarecimentos sobre "Acordo assinado entre o Governo do Estado e a empresa Cervejaria Kaiser Brasil Ltda". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 2409/95, do Senhor RAFAEL DELY, Secretário Especial da Política Habitacional, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA, que pede esclarecimentos sobre "Conjunto Habitacional do Programa Casa da Família", em execução no Município de Primeiro de Maio. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 072/95, que foi retirado de pauta por cinco sessões, a pedido do mesmo.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada do Projeto de Resolução de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, item 09 da Ordem do Dia de hoje, por cinco (05) sessões.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2100

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na condição de Presidente da CPI que investiga denúncias de Prostituição Infantil em nosso Estado, observada a forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a prorrogação do prazo da mesma CPI por mais 60 dias, para que possam seus trabalhos serem concluídos.

A complexidade da matéria e o volume da documentação, já levantada, justificam a necessidade da prorrogação do prazo, conforme se requer.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO N° 2068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, licença para se ausentar do País no período de 26.08.95 à 09.09.95, quando irá ao Canadá a convite do Ministério da Agricultura do Estado de Alberta.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) JOÃO TECHY FILHO

REQUERIMENTO N° 2095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor VICENTE GARBUIO, em 05.08.95.

Pessoa com grande número de amigos, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua União Pan Americana, 162 - Vila Oficinas, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Servulo dos Santos, em 05/08/95.

Pessoa com um grande número de amigos, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Enfermeiro Paulino, 66 - Bairro 26 de Outubro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2060

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve este documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, os cumprimentos dessa Casa à alta Diretoria da SUDCOOP, pelo lançamento da produção do leite longa vida Reggio, no último dia 20 de julho, na unidade industrial de Marechal Cândido Rondon, o que garante aos produtores da segunda maior bacia leiteira do Estado a certeza de mercado, já que o novo investimento de US\$ 2,5 milhões na indústria rondonense, considerada entre as maiores fábricas de queijo da América do Sul, permite o pro-

cessamento de 3 milhões de litros de leite/mês.

Revela notar também, a importância da decisão corajosa do quadro diretivo da citada Cooperativa, na geração de novos empregos e no fomento a permanência do produtor rural regional no campo, já que o leite vem se constituindo em excelente alternativa de renda e de aproveitamento da mão-de-obra do trabalhador rural.

É por estas e muitas outras razões notáveis, que este Poder Legislativo deve manifestar o seu reconhecimento e as congratulações aos diretores dessa Cooperativa pelo alcançado, reafirmando a confiança na solidez do sistema cooperativista na promoção do progresso setorial e global.

Do aprovado em Plenário, requer seja oficiado ao Senhor Seno Lunkes, Presidente da SUDCOOP, à Rua Bahia 159, na Cidade de Medianeira - PR (CEP 85884-000) e ao Senhor Valter Vanzella, presidente da COPAGRIL, à Rua 9 de Agosto 700, na Cidade de Marechal Cândido Rondon - PR (CEP 85960-000).

Sala da Sessões, em 08.08.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, envio de votos de congratulações aos membros do colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, pela aprovação da proposta de criação de uma Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Londrina, neste Estado.

Outrossim, requer que estes votos sejam extensivos e enviados ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, representante máximo do judiciário paranaense.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A sensibilidade dos ilustres Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de promover a descentralização das Varas de execuções Penais (VEPs), processo que deverá ser iniciado, segundo decidiu o Órgão Especial do TJ, pela comarca de Londrina, conforme nossa reivindicação e sugestão encaminhada ao Poder Judiciário do Paraná, merece desta Casa todo aplauso e apoio.

Garantir ao presidiário pobre do interior a resolução de seu processo no que se refere a execução penal, descentralizando as VEPs da capital, é medida que o Judiciário paranaense está adotando com esta decisão apoiada pelo Legislativo deste Estado.

REQUERIMENTO N° 2079

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Helena e Luiz Gonzaga do Amaral, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Porcelana, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2080

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal José Machado e Dalva Machado, que completou 25 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2081

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito

aplausos ao casal Rosângela e Antônio Braz Pinto, que completou 20 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Porcelana, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Centro Nacional de Pesquisas de Florestas da EMBRAPA, pela instalação, em 29/06/95, do Posto de Informações Tecnológicas da EMBRAPA.

Requer ainda que se dê ciência a chefia do Centro Nacional de Pesquisas de Florestas da EMBRAPA, localizada à Estrada da Ribeira, km 111, caixa postal n° 319, no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O referido posto é um centro avançado de informações sobre assuntos agropecuários e florestais, sendo uma referência para Curitiba e região.

REQUERIMENTO N° 2070

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a Associação Brasil Soka Gakkai, Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Educação e do Desporto, Prefeitura Municipal de Curitiba e Universidade Federal do Paraná, pela promoção, em Curitiba, da exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo".

A exposição, no saguão do Palácio Iguaçu, em apenas três dias recebeu a visita de mais de cinco mil pessoas. As obras que compõem a mesma, são fruto de um trabalho de educadores e surgiu do desejo

do Presidente da Associação Brasil BSGI, Daisaku Ikeda, de mostrar ao mundo o imensurável potencial criativo das crianças.

A exposição tem também o apoio da UNESCO, UNICEF e UNIC e já percorreu mais de 50 cidades do mundo, com visita superior a um milhão de pessoas e é composta de 530 desenhos de crianças brasileiras e 400 desenhos oriundos de 108 países.

Requer ainda, uma vez aprovada o presente, que do mesmo se dê conhecimento ao Senhor Governador Jaime Lerner, ao Senhor Presidente da Associação Brasil Soka Gakkai, Daisaku Ikeda, ao Dr. Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Cultura, ao Senhor Rafael Greca de Macedo, Prefeito Municipal de Curitiba e ao Senhor Ministro da Educação e do Desporto e ainda ao Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

(A Matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

REQUERIMENTO N° 2102

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com os promotores da exposição "Arte Moderna Brasileira" e assinantes do convênio do Projeto Cores da Cidade, Prefeito Rafael Greca de Macedo e empresário Roberto Marinho.

A exposição "Arte Moderna Brasileira", é integrada por mais de 130 obras de artistas como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Portinari, Di Cavalcanti, entre outros, da coleção Roberto Marinho e se constitui numa oportunidade rara para que os paranaenses possam conhecer obras de tão grande valor.

O convênio assinado, pelo Senhor Prefeito de Curitiba e Presidente da Fundação Roberto Marinho, dará condições a Capital do Estado, de recuperar parte de seu patrimônio histórico.

Desta forma, exposição e convênio, contribuem para elevar a cultura paranaense, o que merece o louvor e as congratulações desta Casa de Leis.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo e ao Senhor Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2082

Senhor Presidente.

Atendidas as exigências regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando ao mesmo que nos informe sobre a possibilidade da instalação do curso de segundo grau na Escola Estadual Tiradentes, ensino 1° grau, situada na Praça Tiradentes na Cidade de Umuarama.

Trata-se de reivindicação dos moradores daquela comunidade tendo em vista facilitar o acesso dos estudantes ao curso de segundo grau, razão pela qual se espera sejam realizadas gestões pelas autoridades competentes.

Os caminhos da educação são tortuosos neste País, onde pouco se investe na formação do cidadão de amanhã. Dessa forma, considera-se essencial que o Estado do Paraná se destaque no cenário nacional e implemente políticas mais eficazes, melhorando a qualidade de vida dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado ofício à COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, solicitando informações sobre as empresas que fazem o transporte coletivo no trecho Itaperuçu/Rio Branco do Sul, respondendo aos seguintes requisitos:

1. Quais empresas autorizadas a fazer o mencionado percurso.
2. A descrição dos itinerários.
3. Número de veículos (ônibus) autorizados de cada empresa.
4. Frequência diária dos horários a serem cumpridos.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas são necessárias para esclarecer dúvidas existentes quanto à concessão da linha Itaperuçu/Rio Branco do Sul. Entendemos que o usuário do transporte coletivo daquela linha não pode ser prejudicado, mas atendido de forma eficaz e satisfatória. É obrigação do concedente zelar pelos serviços concedidos, a fim de que a população receba tratamento à altura de suas necessidades.

REQUERIMENTO N° 2061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes

Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Roncador, que requer, a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", trechos que ligam Beira Rio-Mandaçaia a Alto São João com aproximadamente 30 Km, Rio Bonito a Roncador com aproximadamente 48 Km, Alto Progresso a Palmital do 43 com aproximadamente 20 Km, Boa Sorte a Palmital do 43 com aproximadamente 20 Km, Pinhalzinho a Roncador com aproximadamente 40 Km, Macacos a Roncador com 30 Km Palmital do 43 a Roncador com 110 Km.

Estas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda 1200 alunos na zona rural e os veículos que trafegam esta área transporta mais de 700 alunos da zona rural para sede do município, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 2062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Ex-mo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solici-tando a adoção das medidas cabíveis e in-dispensáveis, no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Pro-grama "Caminhos da Escola", no Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municip-al de Mamborê, que requer execução dos serviços de asfaltamento através do Pro-grama "Caminhos da Escola", onde o referi-do Município conta com 10 (dez) linhas de ônibus escolares municipais, onde o maior trânsito encontra-se entre o Patrimônio Guarani e a Sede (Mamborê) com 25 Km de estrada, transportando diariamente 455 alunos e seguido da linha Patrimônio Pen-samento à Sede pela BR-369 sendo um trecho nas estradas vicinais onde o acesso BR-369 e estrada antiga Mamborê e Ubiratã na Água Grande de 2,5 Km necessita de pavimenta-ção, esta linha transporta diariamente 118 alunos.

Nesta referida estrada existe também o maior escoamento de produção agrícola, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos às escolas, daí a premen-te necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 2063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Ex-mo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solici-tando a adoção das medidas cabíveis e in-dispensáveis, no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Pro-grama "Caminhos da Escola", no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municip-al de Luiziana, que requer execução dos serviços de asfaltamento através do Pro-grama "Caminhos da Escola", trecho que li-ga o referido Município de Valinhos, uma extensão de 7 Km de asfalto na estrada ru-ral.

Esta estrada, no percurso que ora so-licitamos especial atenção, visando o as-faltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos às escolas, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz tra-fegabilidade.

REQUERIMENTO N° 2064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Excelen-tíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solici-tando a adoção das medidas cabíveis e in-dispensáveis, no sentido de se proceder a execução de pavimentação asfáltica, no Mu-nicípio de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Ubiratã, que requer a execução dos servi-ços de pavimentação asfáltica da estrada que liga Ubiratã ao Distrito de Yolanda, único Distrito que possuímos com uma popu-lação em torno de 3.000 habitantes e as melhores terras para lavouras do município

tanto é que 02 (duas) cooperativas agrícolas mantêm entrepostos na localidade. A referida obra é esperada há muitos anos, infelizmente o último mandatário do Palácio Iguazu, se limitou a recuperar a malha viária do Estado e o anterior somente iniciou o processo de licitação, topografia e marcação da estrada. A rodovia em questão é de fundamental importância para o escoamento da produção tanto do distrito quanto de toda área que circunvizinha, dela dependendo parcela significativa de agricultores e ainda alunos, professores, facilitando o canal de ligação com a sede do município e demais segmentos da comunidade.

REQUERIMENTO N° 2065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução de pavimentação asfáltica, no Município de Ubatã.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Ubatã, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Avenida Márcilio Daltro, via perimetral, as margens da BR 369, entre os Trevos Norte/Sul. Esta obra visa beneficiar mais de 20 (vinte) empresas, algumas já instaladas, outras em instalação na área industrial da cidade, aproveitando o potencial daquela BR e gerando empregos, atendendo ainda, moradores dos conjuntos habitacionais: União e Novo Ubatã.

REQUERIMENTO N° 2067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente especial ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Educação pedindo em caráter de urgência informações da viabilidade da Federalização das Universidades Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) JOÃO TECHY FILHO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está preterido na Ótica do Ministério da Educação no que tange a investimentos na área do Ensino Superior. Tal detrimento tem causa diante que apesar da Universidade Federal do Paraná ser a mais antiga do País, as lideranças políticas do Estado não se embrenharam na Fed-

ralização das Universidades Estaduais.

O Governo Estadual vem bancando a conta do Ensino Superior no Paraná. É necessário corrigir esta questão e iniciarmos um movimento para federalizarmos pelo menos 2 (duas) Universidades Estaduais.

REQUERIMENTO N° 2071

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de instalar um telefone público em frente ao Mercado Vargem Alegre, na Rua Professor Rubens Oscar Gueli, entre as ruas Nova Aurora e Lunardópolis, no Bairro Novo, Sítio Cercado. Não existe nenhum telefone público nas imediações e a instalação deste aparelho seria de grande utilidade para os moradores.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2072

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Bom Jesus do Iguape - Boqueirão. Segundo os moradores, a água e os detritos são jogados na rua. Seria somente uma quadra, a que está localizada a residência de n° 5567.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2073

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Rezala Simão - Portão.

O pedido está sendo feito pelos moradores, que reclamam do transtorno causado pela falta da mesma.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2074

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de

instalar um telefone público comunitário, na sede da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, situada na Rua João Cláudio de Mello n° 37, Conjunto Águila - Pinhais/PR.

O pedido está sendo feito pelos moradores, que reclamam da falta que faz um telefone nesse local.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2075

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de colocar policiamento na região de Guaraituba, em Piraquara, mais precisamente nas proximidades da Rua Pastor Adolfo Wildemann, pois segundo os moradores os ladrões estão entrando nas casas durante o dia.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2076

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de proceder reparos na Rua Pastor Adolfo Wildemann, em Guaraituba. Segundo os moradores a rua está intransitável e a poeira é insuportável.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2077

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana - COMEC, para que coloque mais ônibus na linha Águas Claras.

Segundo os moradores têm poucos ônibus na linha e o horário entre um e outro é muito extenso, tendo os moradores que ficar várias horas no ponto.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2078

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Paulina Ader - Novo Mundo, n° 45, que pedem ligação de água.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Senhor Segismundo Morgenstern, solicitando a liberação de recursos financeiros para obras de ampliação e reforma geral no Colégio Procópio Ferreira Caldas do Município de Pinhão.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador Joel Neri Martins, ao qual somamos nosso total apoio, devido ao péssimo estado de conservação que a referida escola se encontra. Há goteiras praticamente em todas as salas, as instalações elétricas estão deficientes, oferecendo riscos de incêndio, e as instalações hidráulicas não funcionam. O espaço físico existente é insuficiente, prejudicando o bom desempenho das atividades educacionais.

O mais grave, é o risco de muitos alunos não conseguirem vagas nessa escola no ano de 1996 por falta de espaço para abrir novas turmas.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, respeitosamente REQUER à Mesa Executiva, após manifestação do Plenário, seja encaminhado solicitação ao Tribunal de Justiça do Paraná que remeta a esta Assembléia Legislativa, projeto de lei propondo a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias, conforme determina a Constituição do Estado no Artigo 60, das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A reorganização do Poder Judiciário é questão de relevo, cuja solução se impõe com urgência.

A reforma do Estado passa pela imediata reforma do Judiciário, procedimento que deve ser orientado por uma visão consistente de prestação jurisdicional, rápida, barata e eficiente para todos.

Acontece que a iniciativa dessa reforma pertence exclusivamente ao Tribunal de

Justiça, conforme preceitua a Constituição do Estado em seu artigo 96: "Lei de Organização de Divisão Judiciárias, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a Estrutura e Funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a Carreira da Magistratura,..."

Cumpré assinalar que o Constituinte Estadual, interpretando a vontade geral da população no sentido de ver essa reforma acontecer, assinalou o prazo de noventa (90) dias para que o projeto respectivo fosse encaminhado a esta Casa pelo Tribunal de Justiça.

Consta nas Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 60 - No prazo de noventa (90) dias da promulgação desta Constituição, o Tribunal de Justiça remeterá o Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, propondo a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias".

Ora, passados vários anos o projeto, tal como exigido em Lei, ainda não se encontra nesta Casa.

O Presidente do Tribunal de Justiça tem manifestado a intenção de fazer essas reformas de maneira fragmentada, criando Varas ou Comarcas em Mensagens distintas, isoladas.

Apesar de bem intencionada, tal providência, além de não ser adequada segundo os princípios de boa administração, é arriscada sob o ponto de vista jurídico.

Isso porque, exigência constitucional de projeto de lei contemplando a Nova Organização Judiciária, suscita refletir sobre a inconstitucionalidade de proposições isoladas.

Por isso, dado à relevância da matéria, formulamos esta Indicação, que é a proposição pela qual o Legislativo aciona outro Poder para a remessa de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva, a fim de que o Tribunal de Justiça proceda a reforma nos moldes que a Constituição determina.

REQUERIMENTO N° 2087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando destinação de uma Viatura Policial, para o Município de Iporã.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores Salvador Caetano da Silva, Prefeito Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); Vereador CÁSSIO Murilo Trovo Hidalgo, Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) CEP 87560-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, cj.

101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Iporã possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranquilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, solicitando destinação de uma VIATURA POLICIAL, para o Município de Ivaté.

Requer ainda, seja comunicado a Senhora ELMIDA GUARNIERI PANAZZOLO, Prefeita Municipal (Av. Rio de Janeiro, 2572); e aos Senhores Vereador LOURIVAL PESTANA, Presidente da Câmara Municipal (Rua Loan-da, s/n) CEP 87519-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, cj, 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Ivaté possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranquilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora FANI LERNER, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor SÍLVIO MAGALHÃES DE BARROS II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, solicitando a inclusão do Município de Pérola no PROGRAMA PIÁ NO ESPORTE.

Requer ainda, seja comunicado ao Senhor GENTIL SCALCO, Prefeito Municipal de Pérola, (Rua Rosario, 202) ao Vereador ADALBERTO EVANGELISTA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal (Rua Da P. Byington, s/n) CEP 87540-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, cj, 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Pérola no referido Projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 11 anos.

REQUERIMENTO N° 2090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, solicitando destinação de uma VIATURA POLICIAL, para o Município de São Jorge do Patrocínio.

Requer ainda, seja comunicado aos Senhores APARECIDO FALEIROS, Prefeito Municipal (R. Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador JOSÉ AVELINO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal (Rua D. Manoel, s/n) CEP 87555-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, cj. 101, Ed. Centro Comercial - Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de São Jorge do Patrocínio possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranquilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

REQUERIMENTO N° 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Doutor Deni Lineu Schwartrtz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a destinação da patrulha mecanizada, para o Município de Tapira, para que seja possível a conclusão da adequação da Estrada da Igreja-nha.

Do aprovado requer ainda seja comunicado ao Senhor WILSON LUIZ DE OLIVEIRA LUCENA, Prefeito Municipal (Rua Paranaguá, s/n), aos Vereadores JOSÉ PINTO, Presidente da Câmara Municipal, LUIZ DONIZETE RAI-

MUNDO, EDMAR EPIFANO DE SOUZA, PEDRO MINHO, LAURA GOMES e JOSÉ FRANÇA BELARMINO (Câmara Municipal, Rua Paranaguá, 518) CEP 87830-000; e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, 1° andar, cj. 101, Ed. Centro Comercial, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta tem como objetivo a conclusão da adequação da Estrada da Igreja-nha no Município de Tapira, local onde já existe Microbacias.

A destinação da patrulha mecanizada é de fundamental necessidade, tendo em vista que o Município não dispõe de maquinários suficientes para prestar atendimento às estradas, principalmente para finalizar a obra do trecho em questão.

REQUERIMENTO N° 2092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor SEGISMUNDO MORGENSEN, MD. Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Isa Mesquita, em Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Vereador VILSON FERRAZ (Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá, 4863, CEP: 87.502-080); à Senhora ARILDA R. SILVA LONARDONI, Diretora do referido estabelecimento de ensino (Av. Maringá, 5035, CEP: 87.502-080) e ao Deputado Federal ALEXANDRE CERANTO (Av. Munhoz de Mello, 3800, conj. 101, Ed. Centro Comercial, CEP: 87.501-190, Umuarama).

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tradicional estabelecimento de ensino, a Escola Isa Mesquita, não possui quadra esportiva coberta. Tal fator muitas vezes inviabiliza a disciplina de Educação Física, pois as condições meteorológicas nem sempre são favoráveis à prática esportiva, trazendo transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolver suas aptidões físicas.

Neste sentido, para que esta situação não perdure é que solicitamos a liberação de recursos para a pretendida finalidade.

REQUERIMENTO N° 2093

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e

Curitiba, terça, em 08.08.95

REQUERIMENTO N° 2097

soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente da República Doutor Fernando Henrique Cardoso, ao Senhor Ministro da Fazenda Doutor Pedro Malan, ao Senhor Ministro da Agricultura Doutor José Eduardo de Andrade Vieira e ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil Doutor Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, no sentido de que seja revista a Resolução n° 002174 do Banco Central do Brasil, concedendo também aos pequenos produtores rurais que trabalham com o auxílio de empregados registrados, os benefícios da prorrogação de 50% das dívidas agrícolas por um prazo de 3 anos.

Requer outrossim, o envio de correspondência atinente ao acima requerido, à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente o Senhor Ágide Meneguette.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A resolução exarada do Banco Central do Brasil, busca, acertadamente, beneficiar os pequenos produtores rurais, concedendo a prorrogação das dívidas agrícolas por um prazo de três anos.

Ocorre que, resultou a discriminação do pequeno produtor rural, que trabalha com o auxílio de empregados registrados.

No entendimento do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Sr. Ágide Meneguette, tal decisão contraria a decisão do Ministério do Trabalho, que incentiva os agricultores a contratarem e registrarem seus empregados.

Para ele, no entanto, as consequências desta medida podem ser graves, aumentando o nível de desemprego no campo. "Se os benefícios não forem estendidos aos empregadores rurais, poderá ocorrer no Paraná e no país, a dispensa de um grande contingente de trabalhadores que atua nas pequenas propriedades.

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente solicitando informações ao Diretor Superintendente da SERLOPAR: a) sobre o volume de recursos arrecadados por esta entidade com a modalidade Loteria dos Sonhos; b) a quantidade de volume repassado para as entidades de Assistência Social, conforme determinação legal; c) a relação das entidades beneficiadas e seus respectivos valores e datas.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamto: Péricles Mello.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Dr. Waldemir Belinati, Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, solicitando:

1) Por que o acordo "Transação Administrativa" assinado entre o IPE e a Sra. Rosi de Oliveira Busato, não foi um acordo judicial, firmado na 1ª Vara da Fazenda Pública?

2) Em função disto, não poderá a Sra. Rosi de Oliveira Busato, incursar com nova ação judicial?

3) Como explicar que a Sra. Rosi de Oliveira Busato, desistiu primeiro da ação, para depois ser feito o acordo?

3.1) Não seria lógico que, se alguém desiste de uma ação, perde os seus direitos?

4) Na Folha de Londrina do dia 5 de agosto de 1995, o Superintendente do IPE classifica o caso da Sra. Rosi como um caso "especial". O que é caso "especial" para o IPE?

5) Por que o IPE, como deveria fazer qualquer cidadão, entidade, órgão ou empresa, não recorreu, neste caso, até as últimas instâncias do Poder Judiciário?

6) Todos os seus compromissos, o Governo paga através de precatórios requisitórios. Por que age diferente neste caso?

7) Qual foi o número mensal de contribuições do Dr. Arnaldo Faivro Busato, para o IPE?

7.1) Sobre que salário o Dr. Arnaldo Faivro Busato contribui?

7.2) Cópia de demonstrativo de suas contribuições.

8) Na Folha de Londrina, em matéria já citada, afirma que o número de pensionistas nas mesmas condições da Sra. Rosi de Oliveira Busato são no total 64 (sessenta e quatro). Solicito a lista completa, com o nome do contribuinte e da respectiva dependente (pensionista).

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos tais informações porque nos causou estranheza a matéria publicada na Folha de Londrina (anexo). Nela afirma-se que o IPE fez acordo com a Sra. Rosi de Oliveira Busato fora do fórum legal que é a Justiça.

Sabemos que o IPE tem dificuldades financeiras de difícil solução, portanto não esperávamos tais tipos de acordo, sem o julgamento final, em última instância da Justiça.

Instituto de Previdência

Regularização de pensões vai custar R\$ 20 milhões

Sucursal de Curitiba

O governo do Paraná vai gastar cerca de R\$ 20 milhões para suspender o andamento de 2.900 processos judiciais contra o Instituto de Previdência do Estado (IPE). O processo de acerto de contas com os pensionistas, que de outubro de 1989 a dezembro de 92 receberam apenas 60% dos vencimentos dos servidores da ativa, foi desencadeado pelo acerto firmado pelo IPE com Rosi de Oliveira Busato, viúva do ex-deputado federal Arnaldo Faivro Busato.

Irmã do secretário da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, Rosi Busato firmou acordo com o IPE em 23 de março deste ano, garantindo o pagamento de R\$ 377.309,35. Seis dias antes do acerto, o advogado da pensionista, René Dotti, havia desistido da ação ordinária nº 30.738,

que tramitava na 1ª Vara da Fazenda Pública, cujo juiz, Ivan Xavier Vianna Filho, havia dado o ganho de causa a Rosi.

O superintendente do IPE, Waldmir Belinati, disse que o caso de Rosi era "especial". Ele explicou que a Lei 10.209/92, que regulamentou o pagamento dos 100% da ativa aos pensionistas do estado, omitiu os casos dos contribuintes facultativos, categoria na qual o ex-deputado Arnaldo Busato estava incluído. Belinati disse que existem 64 pensionistas facultativas excluídas até hoje dos 100% pagos a partir de janeiro de 1993.

Desses 64 casos, Rosi foi a única que entrou na Justiça.

"As demais pensionistas facultativas estão procurando as vias administrativas. Por isso, antecipamos o acerto com a dona Rosi", explicou Belinati. O acerto com Rosi pegou de surpresa algumas áreas do governo, que agora estuda a ampliação do benefício a todos os pensionistas com ações na Justiça.

O IPE já preparou a minuta de uma portaria que prevê o pagamento das diferenças atrasadas de outubro/89 a dezembro/92 aos pensionistas com ações judiciais. Belinati disse que os 2.900 processos envolvem cerca de oito mil pensionistas e o pagamento da conta deve chegar a R\$ 20 milhões.

A minuta da portaria já foi encaminhada para análise da Secretaria da Administração e da Procuradoria Geral do Estado. Dentro de 15 dias, quando concluir o levantamento completo dos valores a

serem pagos, o superintendente do IPE levará a portaria para assinatura do governador Jaime Lerner.

O texto proposto pelo IPE deve ser alterado. Existe uma cláusula que prevê que o pensionista beneficiado pelo acerto terá que pagar os honorários dos advogados do IPE, o que consumirá cerca de 20% do valor total do acerto. "Em um acordo, ambas as partes têm que ceder", afirma Belinati em defesa do dispositivo, que já provoca reações entre os pensionistas. "Mas todo o texto da portaria foi colocado para discussão e pode haver mudança", admitiu.

(S.W.)

**2.900
processos
estão em
andamento
contra o
instituto**

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 284/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo, Esportivo, Beneficente e Cultural de Ponta da Pita, com sede e foro no Município de Antonina.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio Recreativo, Esportivo, Beneficente e Cultural de Ponta da Pita, e nome fantasia Escola de Samba Amigos da Pita, com sede à rua Salvador Graciano, s/n°, é uma sociedade civil de âmbito nacional, com personalidade jurídica distinta de seus associados, com duração indeterminada, fundada em Antonina, Estado do Paraná, em 28 de abril de 1990, onde tem sede e foro.

O Grêmio Recreativo, Esportivo, Beneficente e Cultural Ponta da Pita exerce suas atividades estatutárias sem nenhuma finalidade econômica, política ou religiosa.

O escopo da entidade em tela é a prática da cultura física, recreação e também atividades beneficentes e culturais que estimulem a união entre os seus associados.

Pelos benefícios que a entidade em tela oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa Proposição.

PROJETO DE LEI N° 285/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Na importação de Produtos e equipamentos Apícolas será obrigatória a emissão de Certificado de Isenção de Esporos de Bacillus Larvae.

Art. 2° - A obrigatoriedade disposta no artigo 1° estende-se aos Produtos e Equipamentos Apícolas que transitarem em território paranaense.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada disposição em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) JOÃO TECHY FILHO

JUSTIFICATIVA:

As novas alternativas de comércio de produtos apícolas entre os países integrantes do MERCOSUL requerem cuidados

quanto aos aspectos sanitários decorrentes desta convivência.

O risco de introdução da Cria Pútrida Americana pela importação de Produtos e Equipamentos Apícolas e também pelo processo de migração das abelhas através das fronteiras serão reduzidos se forem montados laboratórios para o diagnóstico rápido da presença de esporos em regiões, apiários, colméias, bem como na entrada e/ou trânsito de produtos e equipamentos apícolas oriundos de outros países, notadamente Argentina e Uruguai.

Impedir ou atrasar o contato da bactéria com nossas abelhas requer medidas urgentes pois as conseqüências são imprevisíveis no futuro, mesmo com uso de antibióticos.

PROJETO DE LEI N° 286/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Associação no Meu Pequeno Mundo", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A Associação No meu Pequeno Mundo, com Estatuto devidamente registrado e publicado no D.O.E., datado de 1° de julho de 1977, é uma entidade apartidária e laica, sem finalidade lucrativa, que tem por objetivo promover a formação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da criança, dando-lhe assistência social, médica, educativa, recreativa e orientando-a psicologicamente.

Desde a data de sua fundação, a entidade vem prestando seus serviços graciosamente, e atende atualmente a cerca de cinquenta menores carentes, dando-lhes a assistência social na exata conformidade do que dispõe o seu estatuto.

Reza esse diploma, no art. 10, que os cargos de Diretoria não serão remunerados.

É de se entender, portanto, que restou sobejamente demonstrada a justeza da medida ora proposta, para a qual solicitamos a aprovação do mesmo pelos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 287/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Chefe Executivo Estadual autorizado a firmar escritura pública de revogação da doação das Datas de terras

n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, da Quadra 60, do Jardim Iguazu, da Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com área total de 6.363,41 m², outorgada pelo Município de Maringá a favor do Estado do Paraná em 09 de setembro de 1980, tendo em vista o descumprimento dos prazos e finalidade estipulados.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(aa) JOEL COIMBRA

ANIBAL KHURY

MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Postula-se a adoção de medidas necessárias à revogação da doação das Datas de terras n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28, da Quadra 60, do Jardim Iguazu, desta Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com área total de 6.363,41 m², outorgada pelo Município de Maringá a favor do Estado do Paraná em 09 de setembro de 1980, tendo em vista o descumprimento dos prazos e finalidade estipulados na respectiva escritura pública (cópia anexa).

Estes imóveis foram doados pelo Município de Maringá ao Estado do Paraná, destinados à construção de uma unidade escolar, para atendimento à região conhecida por Borba Gato. No entanto, com a implantação de uma escola estadual de porte no Conjunto Residencial Inocente Villanova Júnior, loteamento limdeiro ao Jardim Iguazu, tornou-se desnecessária a construção de uma nova unidade escolar no local inicialmente projetado.

Pretende agora o Município de Maringá utilizar estas Datas do Jardim Iguazu, que encontram-se ociosas, para a implantação de um Núcleo Integrado de Saúde, que atenderá a zona sul de nossa cidade.

Para possibilitar a construção desta obra, torna-se necessário a aprovação, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do incluso projeto de lei, que autoriza o Executivo Estadual a reverter as áreas de terras inicialmente mencionadas ao patrimônio do Município de Maringá.

PROJETO DE LEI N.º 288/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS, de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.95

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Profissionalizante Ágape Smith - CEPAS, de Londrina, que ora procura-se declarar de Utilidade Pública vem demonstrando sua utilidade e bom desempenho de suas funções em benefício das pessoas carentes daquela região.

Já que realiza tão nobre tarefa e com êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual, espero, poder contar com o apoio dos nobres Srs. Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da Proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lida a leitura do Expediente, concedo a palavra à Deputada Ironi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com satisfação que ocupo hoje a Tribuna desta Casa para ler um documento que foi elaborado pelas mulheres, Vereadoras, Deputadas Estaduais, Deputadas Federais, Senadoras do Brasil e também pelo Parlatino Americano, onde estavam presentes mulheres de toda a América Latina.

Este documento é de extrema importância pois são dois documentos: um das Parlamentares brasileiras e outro das Parlamentares Latino-Americanas que será levado a Beijing, na Conferência das Nações Unidas para mulher, que prega a paz e a igualdade.

Passo a ler este documento, lendo primeiramente o documento das Parlamentares brasileiras, rumo a Beijing. (Lê):

"As Vereadoras, Deputadas Estaduais, Deputadas Federais e Senadoras, presentes no Encontro de Vereadoras e Deputadas Estaduais do Brasil, realizado na V Reunião da Comissão Especial da Mulher do Parlatino, em preparo à quarta Conferência Mundial da Mulher, se posicionam frente à sociedade brasileira, com a convicção:

1. De que, ao fazermos um balanço de duas décadas do ano internacional da mulher, sem dúvida, ocorreram avanços e vitórias mas, apesar disso, a situação da mulher brasileira está cada vez mais difícil frente às políticas de ajuste levadas a efeito pela imposição da reorganização da economia mundial para atender aos interesses dos países centrais e de grandes empresas transnacionais.

2. De que, como decorrência da ordem econômica, as diferenças naturais se transformam em desigualdades sociais, impedindo que a igualdade na lei se materialize em igualdade na vida e patrocinando a deterioração das funções sociais, aumen-

tando a marginalização e violência contra a mulher.

3. De que, a mudança dessa realidade passa, necessariamente, por medidas que:

a) nos permitam ampliar a visão de que a igualdade que nós mulheres buscamos não se dará na desigualdade que marca a sociedade brasileira;

b) Patrocinem a construção da unidade, com uma visão política ampla, para combate à nova ordem que nada tem a oferecer senão o desmonte de nosso país, a retirada de conquistas históricas dos trabalhadores e das mulheres e a restrição às liberdades democráticas;

c) Sedimentem uma sólida articulação entre as mulheres parlamentares com a participação de homens parlamentares que assumam o combate à discriminação da mulher e associem-se à luta pela emancipação feminina, no sentido de compromissos e atuação parlamentar que:

- estimulem mobilizações sociais e políticas em defesa dos direitos, emancipação da mulher e dos povos;

- construam legislações que materializem conquistas de novos direitos;

- fiscalizem e estabeleçam garantias para cumprimentos de leis e implementação de políticas públicas.

Assim, como propostas imediatas, decidimos:

1- Criar um Fórum Parlamentar para as Questões de Gênero que estabeleçam intercâmbios e agendas comuns.

2- Implementar ações para erradicar o analfabetismo feminino, a repetência e a evasão escolar.

3- Reduzir as disparidades de acesso à educação superior, assegurando oportunidades de capacitação profissional; promover o acesso das mulheres a carreiras científicas e técnicas inovadoras, e que patrocinem o fim da educação discriminadora e alienante dos currículos e programas que perpetuam a ideologia dominante.

4- Apresentar projetos, emendas aos planos plurianuais e LDO's - Leis de Diretrizes Orçamentárias, que patrocinem políticas públicas que combatam a violência e garantam direitos básicos de cidadania.

5- Estabelecer ampla discussão política da necessidade de implementação de cotas de participação feminina nas diferentes instituições.

6- realizar seminários nas Câmaras e Assembléias Legislativas sobre a saúde da mulher, com o objetivo central de implementação do PAISM - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER nos municípios brasileiros e buscar ampla discussão sobre a discriminação e legalização do aborto.

Com esses compromissos, as mulheres parlamentares brasileiras se organizam e

rumam a Beijing, declarando, desde já, que as decisões daquele encontro mundial, serão materializadas em legislações que patrocinem e contribuam para a defesa dos direitos e a emancipação da mulher brasileira.

Sede do Parlatino

São Paulo, 29 de julho de 1995"

"IRONDI PUGLIESI PARTICIPARÁ DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER

A Deputada Estadual Irondi Pugliesi, do PP, será a única parlamentar paranaense a participar da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, que acontecerá em Beijing, na China, de 4 a 15 de setembro próximo. Integrante da delegação brasileira de parlamentares, Irondi participou, no final de julho, da V Reunião da Comissão Especial da Mulher do Parlatino, preparatória ao encontro de Beijing e considera muito importante a participação das parlamentares brasileiras no encontro.

"Como a única Deputada do Paraná, acho que a participação das mulheres brasileiras no encontro será de fundamental importância, para o fortalecimento das ações em defesa da mulher no nosso país. A participação das mulheres na política brasileira é vista, até hoje, com preconceito por grande parcela da sociedade e a mudança dessa mentalidade passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos movimentos femininos e pela articulação entre as mulheres parlamentares", afirmou Irondi.

Para a Deputada paranaense, o documento final do encontro que reuniu vereadoras e Deputadas Estaduais de todo o país, em São Paulo, no final de julho, expressa claramente o pensamento das mulheres brasileiras que debaterão a questão da mulher em Beijing. "Como propostas imediatas, as participantes do encontro decidiram criar um fórum parlamentar para as questões de gênero que estabeleçam intercâmbios e agendas comuns, apresentar projetos e emendas que patrocinem políticas que combatam a violência e garantam direitos básicos de cidadania e estabelecer uma ampla discussão política da necessidade de implementação de cotas de participação feminina nas diferentes instituições."

A Deputada paranaense defende a adoção do mecanismo das cotas de participação, nos moldes dos existentes em vários países da América Latina. "Em vários países esse mecanismo foi adotado e funciona bem, garantindo a participação de mulheres nas várias instâncias políticas. Acredito que as mulheres brasileiras devem lutar para que o país também as adote porque isso asseguraria um percentual mínimo de mulheres, nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Câmara Federal e Senado", disse.

Para Irondi, é muito importante promo-

ver "a democratização do sistema político e tornar efetiva a participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade, inclusive exigindo que os partidos políticos estimulem a participação das mulheres como dirigentes partidárias, no parlamento e em todos os cargos públicos".

DECLARAÇÃO DO PARLATINO

ANTECEDENTES

O grande desafio que enfrentam as nações latino-americanas consiste em conciliar seus processos de democratização com o desenvolvimento econômico e equidade social, que permitam enfrentar as situações de insegurança, inequidade, instabilidade da pobreza que afeta a grandes setores da população do nosso continente. A crise da dívida externa, a aplicação das políticas de ajuste estrutural, desvinculadas do desenvolvimento social, tem agravado as desigualdades na distribuição de rendas e acelerado e deteriorado a qualidade de vida as desigualdades regionais e dentro de cada país.

46% da população da América Latina, não consegue suprir suas necessidades fundamentais. Um em cada cinco latino-americanos não dispõe de renda suficiente para consumir uma dieta que permite satisfazer suas necessidades nutricionais mínimas.

O desemprego e o subemprego, a miséria, a pobreza, a marginalidade vão aumentando, e se transferem crescentemente as responsabilidades em matéria e prestação de serviços gerais dos governos ao setor privado e a sociedade civil em detrimento dos mais pobres.

Dentro deste contexto o fenômeno da feminização e reprodução da pobreza é hoje uma dramática realidade que comove nosso continente. Milhões de mulheres estão submetidas ao desemprego, aos mais baixos salários ou a subexploração, excluídas da educação, da saúde, submetidas a violência no âmbito econômico e familiar. Esta situação se recrudesce ainda mais por diversidade etnoculturais.

Também é fator agravante que só os países em desenvolvimento, de forma unilateral, sem a participação dos países ricos, dedicam grandes verbas no combate ao narcotráfico.

Enquanto a presença política, se bem é certo que depois de muitas lutas, as mulheres têm alcançado o direito à cidadania e ao voto e têm contribuído ao estabelecimento e consolidação dos processos democráticos em seus respectivos países, ainda existe uma limitada representação nas instâncias de poder e decisão política que não corresponde ao seu destacado papel como protagonista desta ação.

Alcançar uma participação equitativa de mulheres e homens constituirá uma das

garantias para a efetiva democratização de nossos países.

Apesar dessas limitações, deve se destacar que no âmbito dos parlamentos latino-americanos e dos partidos políticos, incorporou-se nos últimos anos a preocupação por diminuir as lacunas de discriminação, desigualdade e violência contra as mulheres. Foram aprovadas leis específicas e adotadas medidas que buscam incorporar a mulher nos cargos eletivos e nos níveis hierárquicos dos partidos políticos, assim como sua inclusão no desenvolvimento humano sustentado. Foram sancionados importantes convênios internacionais a favor da mulher, sem empecilhos, sendo que os obstáculos aparecem na hora da aplicação efetiva dos mesmos.

A democracia e cidadania a que aspiramos, supõe direitos civis, políticos, reprodutivos, econômicos, sociais, sexuais e culturais que garantam a dignidade humana, a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. É preciso estabelecer estratégias de desenvolvimento alternativo que garantam a satisfação das necessidades e aspirações humanas, criando processos democráticos participativos, que assegurem a eliminação de forma definitiva das desigualdades.

COMPROMISSOS:

01 - Adotar como diretrizes os compromissos e acordos adquiridos nas convenções e conferências internacionais, em relação a temática da Mulher, instando os governos da região a subscrivê-los e adequando as leis nacionais para assegurar sua aplicação e execução.

02 - Converter o documento que adotará a IV Conferência Internacional sobre a Mulher - Beijing'95, como diretriz para todas as comissões do parlamento Latino Americano.

03 - Promover a democratização do sistema político e tornar a participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade, impulsionando ações positivas e ampliando a agenda política com novos temas que atendam às necessidades e demanda das mulheres.

04 - Assegurar a revisão dos Códigos: Penal, Trabalhista, Civil e Eleitoral; estudar uma forma jurídica de ações de discriminação que não estejam contempladas; e eliminar todas as normas legais que obstruam o acesso das mulheres aos recursos produtivos.

05 - Exigir dos partidos políticos que estimulem a participação das mulheres como dirigentes partidárias, no parlamento e em todos os cargos públicos e eletivos, e financiamento adequado que garantam a igualdade de oportunidades a ambos os sexos, incorporando a perspectiva de gênero nas

políticas públicas.

06 - Revisar, modificar e integrar as políticas macroeconômicas e sociais, especialmente nos países onde existam políticas de serviço da dívida e ajuste estrutural. Insistir que o pagamento da dívida como consequência do ajuste estrutural não deverá ser feito às custas de mudança social. Este deverá ser o critério para elaboração e aprovação dos pressupostos nacionais.

07 - Promover políticas de crescimento econômico e equidade social, mediante a designação de recursos para melhorar o acesso a educação, crédito, capacitação, emprego e salários das mulheres, atendendo especialmente aos grupos em situação de pobreza e marginalização (mulheres chefes de família, mulheres rurais e urbanas que vivem em economias de subsistência, incapacitadas, refugiadas e migrantes).

08 - Assegurar serviço de apoio às mulheres e aos homens trabalhadores, como creches, centros pré-escolares, horários flexíveis e a socialização dos trabalhos domésticos, que permitam conciliar a vida familiar com o trabalho remunerado e as oportunidades para seu pleno desenvolvimento.

09 - Garantir políticas de seguridade social e direitos ao trabalho que promovam um sistema de relações trabalhistas justas.

10 - Assegurar atendimento a saúde integral das mulheres, e serviços de qualidade em todas as etapas de sua vida com ênfase à saúde reprodutiva, respeitando o direito das gestantes e das mulheres a optar livremente sobre o número de filhos, garantindo acesso a informação, a educação sexual nas escolas e ao planejamento familiar.

11 - Promulgar, regulamentar e exigir o cumprimento das leis nacionais e convenções internacionais para eliminar todas as formas de violência, abuso e assédio sexual contra as mulheres, adolescentes, meninas e meninos. Isto supõe também a adoção de medidas preventivas e reabilitação das vítimas e agressores (as).

12 - Alcançar uma participação equitativa das mulheres nos projetos e na implementação das políticas de meio ambiente.

13 - Promover a participação igualitária de homens e mulheres em todas as áreas de responsabilidade familiar, fortalecendo a paternidade responsável e a valorização da função social da maternidade.

14 - Promover a eliminação nos meios de comunicação, nas escolas e outras instituições sociais, dos estereótipos que reforçam as desigualdades entre homens e mulheres.

15 - Promover leis e políticas em relação ao reconhecimento e reparação das

vítimas da sociedade civil por violação de seus direitos humanos.

Parlamentares signatárias deste documento

REPÚBLICA DOMINICANA

Deputada MILAGROS DIAS DE ARRIBA
Vice-Presidente da Comissão Especial da Mulher do Parlamento Latino-americano

ARGENTINA

Deputada CRISTINA ZUCCARDI

ARUBA

Senadora GLENDA J. MARGARETHA

BRASIL

Deputada MARTA SUPPLY

BOLÍVIA

Deputada MARIA LOURDES ZAVALLA

CHILE

Deputada MARIANA AYLWIN

COLÔMBIA

Senadora PIEDAD CORDOBA DE CASTRO

CUBA

Deputada YOLANDA FERRER

EQUADOR

Deputada SUSANA GONZALEZ

EL SALVADOR

Deputada MARIA MARTA VALLADARES

MÉXICO

Senadora ALÍCIA LOPEZ DE LA TORRE

PARAGUAI

Deputada MIRIAN ALLFONSO GONZALEZ

PERU

Congressista LOURDES FLORES NANO

URUGUAI

Deputada DAYSE TOURNE

VENEZUELA

Deputada ISOLDA DE SALVATIERRA"

Quero dizer que esse encontro dos dias 28 e 29 das mulheres parlamentares latino-americanas feito no Parlatino em São Paulo foi de extrema importância e se chegou a conclusão da importância de se criar um Fórum de Parlamentares, não só brasileiras, mas latino-americanas, para que nós mulheres possamos discutir as questões de justiça em relação as leis que não estão colocadas na prática em relação as mulheres.

Isso é muito comum, não só no Brasil, mas em todo país latino-americano. As mu-

lheres também chegaram a uma importante decisão neste encontro e isso vai mexer com todo o sistema existente hoje no Brasil quanto a participação das mulheres em todas as instituições formalizadas hoje, tanto como as instituições políticas.

É a participação das mulheres com um mínimo de porcentagem de quotas nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado Federal.

A Argentina já tem essa participação de quotas de mulheres nos parlamentos, o México já tem essa participação e isso tem rendido conquistas as mulheres pela sua luta, porque a luta da mulher não é uma luta isolada da luta geral. Hoje as mulheres avançaram ainda mais na sua luta, porque nós queremos a equidade do gênero, a igualdade a ambos os sexos e pedimos aos parlamentares aqui presentes que participem dessa nossa luta, para que as mulheres participem dos parlamentos numa quota mínima para que possam ser transformadas as leis públicas no que se refere a família, porque a reprodução fica só com as mulheres, não existe a paternidade responsável no nosso país e essa participação por quotas obrigatórias através dos partidos políticos em todas as instituições políticas de poder fará com que haja uma mudança que vai ocorrer não só nos parlamentos, mas em todos os lares do nosso país, fazendo com que essa mudança chegue a conscientização política que deverá existir em todos os cidadãos do Brasil, porque a cidadania só existirá quando a mulher tomar consciência política do seu papel importante na sociedade brasileira, porque a mulher que é a reprodutora do status quo do País.

O Sr. Dr. Rosinha - (Aparte): - Concorde plenamente com a exposição feita por Vossa Excelência. Acho que se não houver alguma proposta no sentido que ora está sendo defendido por Vossa Excelência não tem como tirar a mulher do gueto que ela está colocada hoje e da opressão da qual ela é vítima. Nós do Partido dos Trabalhadores tivemos anos atrás um debate sobre a questão de cotas na direção partidária. E o nosso país defendia por isso, apesar da cota ser muito pouco, entendo como de 30% teria que ser elevada, acho que nós teremos que fazer uma corrente de companheiros e companheiras que lutam para que isso venha a se concretizar na Legislação brasileira. A mulher só pode sair do gueto no qual ela foi colocada e impunham a ela aquela condição de uma maneira repressiva se nós mudarmos a Legislação.

É impossível hoje imaginar que na nossa chamada democracia que diria entre aspas nós tenhamos a igualdade de competição entre o homem e a mulher. Isso não existe,

porque não existe democracia no nosso país. A igualdade do homem e da mulher está muito longe de ser atendida. Vamos ver um processo eleitoral da qual a mulher geralmente fica em casa cuidando dos afazeres domésticos e os homens de uma maneira geral envolvidos em campanha eleitoral. A mulher não tem a mesma oportunidade de disputar dentro dos partidos, nas convenções, a mesma oportunidade, a mesma igualdade. Portanto, creio importantíssimo essa colocação e acho que devemos lutar para conquistarmos essa cota e aí sim poderemos ter democracia senão não teremos democracia, muito menos igualdade.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Falar em democracia nesse país com a não participação da mulher que é mãe e educadora, que reproduz somente o status quo dominante, é difícil de se falar nessa democracia. Então quero dizer ao deputado que Marta Suplicy assina esse documento pelo Brasil que é do seu partido e vai nos representar em Pequim fazendo uso daquilo, dos momentos que nós temos direito a levar essa proposta parlamentar. Porque não é só a nível de mundo que nós temos que mudar, falar numa conferência das Nações Unidas a respeito dessa mudança, mas nós temos que começar dentro dos municípios nas nossas próprias casas, porque nós sabemos que a mulher ainda é discriminada porque ela nem dos partidos políticos participa. Quando ela participa dos partidos políticos não tem condições de disputar as eleições porque as eleições como todos os Parlamentares aqui presentes sabem, requerem um custo mínimo para que seja efetuado e as mulheres não têm condições dessa participação.

Por isso inclusive, nesse documento nós queremos que os partidos políticos financiem as campanhas políticas para os candidatos a cargos eletivos de ambos os sexos para que todos possam ter acesso a esses cargos eletivos e a representatividade popular que é de extrema importância. E quanto as cotas vai ser uma discussão a nível mundial principalmente no Brasil vai criar um questionamento muito grande, mas nós vencemos a resistência que nós mesmas tínhamos, eu mesma tinha como ideologia política de não exigir uma cota política representativa, porque nós questionávamos muito isso. Mas se nós não tomarmos o primeiro passo para essa mudança obrigando que isso aconteça, vai demorar muito para que a transformação ocorra. E nós temos certeza que essa cota será por um estágio muito pequeno, porque aí as mulheres participarão em maior número e nós poderemos colocar a visão de mundo que a mulher tem a respeito das políticas públicas principalmente da família e da sociedade que

nunca foi colocada hoje em nosso País, apesar de termos mudado a Constituição do nosso Estado e do Brasil, na prática ainda não existe mudança efetiva nenhuma. E precisamos para que isso ocorra e peço aos colegas Parlamentares para que juntem a nós nessa luta para que nós possamos evoluir. Porque segundo dados das Nações Unidas nós mulheres é que vamos transformar o mundo, como mães e como educadoras tomando consciência política, porque nós ainda não alcançamos a cidadania plena, somente nas leis. Agradeço aos companheiros, ao Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Techê Filho.

O SR. JOÃO TECHÊ FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Concordo e apoio o seu pronunciamento. Deputada. Tenho a satisfação de vir a este Plenário, falar a respeito da comemoração do centenário da imigração ucraniana na região de Prudentópolis, juntamente com outras etnias que também vieram num certo período mais ou menos na mesma época. Hoje estamos comemorando 100 anos dessa imigração e que mantém as tradições, pois a cultura paranaense é enriquecida por essas etnias que hoje estão aqui no Paraná e a comunidade ucraniana ainda mantém as tradições, a língua, o folclore e são gente que trabalha, trabalha. Mantém suas colônias como fazia no seu país de origem. A maioria dessas pessoas, já há 100 anos aqui, não sabem nem onde se situa o país de origem mas assim mesmo eles mantêm a tradição. São brasileiros que cultuam essa cultura milenar, o folclore, a religião. Mantém sempre viva e rica a nossa cultura paranaense.

Prudentópolis tem a honra de ser considerada até por outras pessoas de outros países como a capital ucraniana do Brasil e consideram num estudo, que é a maior concentração fora do país de origem de uma descendência aqui em Prudentópolis e é muita honra para nós termos nesta semana, também o aniversário, 89 anos da emancipação de Prudentópolis e coincidentemente, está se promovendo a festividade dessas duas ocorrências e aquela comunidade vai sentir honrada de, no dia 12 de agosto, final de semana e até setembro, de receber a visita do pessoal interessado em conhecer a fundo a nossa imigração e atualmente essa festividade durante quase o mês todo.

Essa é a questão que a gente noticia. Fiz um requerimento elogiando e congratulando-me com esse aniversário e em segundo lugar quero aproveitar para cumprimentar a diretoria do Hospital de Clínicas, seu di-

retor Mauro Sérgio, por promover outra campanha que não há outra maneira, a não ser apelar para a população, para fins de arrecadar recursos para o Hospital de Clínicas. Estive presente, onde da participação política, contamos com o Deputado Federal Paulo Cordeiro, das demais pessoas, personalidades amigas do hospital, da diretoria, liderança da comunidade para promover essa campanha de arrecadação que há 34 anos iniciou as atividades naquele hospital e sempre vem acumulando, principalmente nesses últimos anos, dívidas por uma baixa no pagamento dos procedimentos do SUS. E deve-se manter aquele hospital como modelo. Porque assim como aquele hospital está tendo grandes dificuldades de manter o seu funcionamento - com uma dívida crescente - sem ter, assim, um recurso próprio a não ser contando com o pagamento do SUS que, além de cortar 27%, há uns meses atrás, não deu mais para equilibrar suas contas. Temos visto o Ministro Jatene fazendo explanações, recorrendo a políticos, recorrendo à área econômica e hoje tem sido um Ministro bastante polêmico, porque, realmente, ele está querendo aumentar a sua arrecadação devido ao IPMF. Logicamente a gente sabe que é bastante polêmico, mas, de alguma forma, teria de levantar essa questão mostrando que não existe recurso na área econômica para sanar o problema dos hospitais.

A saúde no Brasil ainda é tratada com muito descaso. Temos reparado que qualquer evento aonde são convidados parlamentares, políticos, enfim, não existe, assim, aquele apoio. Notamos, agora, no sábado, com o lançamento da campanha aonde não foi prestigiado o suficiente aquela campanha. E o setor de saúde continua ainda, precisando de mais apoio político-administrativo. Hoje o setor de saúde está acuado. Não observamos nenhum movimento político-administrativo. E precisamos - sempre - estarmos falando, pedindo aos parlamentares que, juntamente com suas bancadas na área federal, promovam uma melhoria, arrumando, de alguma forma, recursos da área econômica. Sei que não é fácil, mas se pudesse passar o imposto equivalente ao IPMF, resolveria. É polêmico, porém, as Bancadas sempre devem apoiar bastante esse Ministro que assim estará ajudando a parte mais vulnerável e mais desassistida, hoje, que é o setor de saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Mesa a convite do Deputado Milton Puppio anuncia a presença do Secretário de Saúde de Jandaia do Sul, Dr. Valdomiro Geraldine, do Chefe de Gabinete e do ilustre Prefeito Municipal Perceu Mateus Pugliesi. E ainda comunica a presença em plenário do

ex-governador Álvaro Dias que está sendo cumprimentado pelos Senhores Deputados.

Com a palavra o Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentre as atribuições que a lei confere ao Poder Legislativo, incluem-se não apenas votar os projetos de lei de sua iniciativa ou aqueles que lhe forem encaminhados, como também cobrar dos demais poderes que remetam aqueles projetos de lei de sua iniciativa.

Então, a função do Legislativo é dinâmica porque ele cumpre o seu papel mas tem também o papel de cobrar dos outros Poderes que exerçam a sua iniciativa quando a lei assim determina. É neste sentido que estamos agora apresentando nesta Casa uma indicação com o objetivo de obter que o Poder Judiciário do Paraná, que o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, remeta para apreciação desta Assembléia Legislativa a nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Paraná.

Todos sabemos que a reorganização do Poder Judiciário é questão de relevo, cuja solução se impõe com urgência neste momento em que a sociedade marcada por aspirações cada vez maiores e cada vez mais sofisticadas, questiona a eficiência do sistema jurídico frente à missão que lhe é reservada. (Lê):

"Não é exagero afirmar, que, cada vez mais e com maior intensidade, as pessoas perguntam a que preço e em benefício de quem esse sistema realmente funciona, se é igualmente acessível a todos e se os seus resultados são iguais e socialmente justos.

Em congresso recentemente promovido pela Escola Paulista da Magistratura, o Dr. José Eduardo de Oliveira Faria, Professor de Filosofia do Direito da USP foi enfático ao advertir: "se não sofrer mudanças eficazes e urgentes, o judiciário brasileiro corre o risco de ser desprezado pela sociedade."

Este desprezo pode ser notado com nitidez através das opiniões colhidas por renomados institutos de análise e opinião, que revelam situação alarmante.

A esse respeito, uma pesquisa do Data Folha, divulgada em 1993, revelou que 90% da população do Rio Grande do Sul considera o Poder Judiciário pouco ou nada eficiente; 50% consideram a Justiça pouco eficiente; 40% a consideram nada eficiente.

Pesquisa do IBOPE apontou que 87% das pessoas consideram a lentidão como o principal problema da Justiça e 86% considera que "certas pessoas jamais serão punidas".

Neste ano, Vox Populi apurou que 73% das pessoas não acreditam na Justiça.. Lentidão, impunidade, dificuldade ou

impossibilidade do acesso à Justiça para certas pessoas, são os principais problema que afetam e afligem a todos.

Tal situação afeta, evidentemente o Judiciário Paranaense, que não foge dessa regra. Sabemos, por outro lado que essas questões são motivadas pela falta de estrutura adequada e que a preocupação do povo é também a preocupação do Judiciário.

Recentemente, numa entrevista divulgada pela Gazeta do Povo, o presidente do Tribunal de Justiça reclamou que "a culpa da crise do Poder Judiciário é do Poder Executivo e do Legislativo. Isso porque, segundo Sua Excelência, o Executivo esquece o Judiciário e o Legislativo não aprova leis que agilizem os processos (Gazeta 1-7-95).

Manifestou também, o eminente Presidente, o interesse de uma reforma fragmentada, mediante alterações na Lei de Organização e Divisão Judiciária vigente.

Não podemos negar o interesse do Legislativo em relação à reforma. Tanto é que o Constituinte Estadual, interpretando a vontade geral da população, no sentido de vê-la acontecerem fixou um prazo de 90 dias a partir da promulgação da Constituição para que o Tribunal de Justiça remetesse para aprovação da Assembléia Legislativa a Nova Lei de Organização e Divisão Judiciária.

Porém, passados vários anos, o projeto, tal como exigido em lei não veio a esta Casa. Até a criação de Tribunais de Alçada no interior esta Casa aprovou, com o intuito de agilizar, baratear a Justiça e aproximá-la do povo.

Quanto ao interesse do Presidente do Tribunal de Justiça em promover a reforma através de alterações na lei existente, algumas cautelas devem ser observadas, primeiro, não parece medida adequada, segundo as normas de boa administração; por outro lado, trata-se de medida juridicamente arriscada, eis que, diante da exigência constitucional de "um projeto de Lei Contemplando a Nova Lei de Organização e Divisão do Judiciário, é preciso refletir sobre a constitucionalidade de proposições isoladas."

Em função disso é que formulamos a indicação. Para que o Tribunal de Justiça proceda reforma nos moldes do que determina o artigo 60 da Constituição Estadual."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez subindo à Tribuna desta Casa de Leis para dizer dos pólos regionais, dos pólos industriais do programa de Governo do Jaime Lerner; aonde já foi criado o pólo da in-

Curitiba, terça, em 08.08.95

dústria do couro lá no Município de Apucarana, terra aonde representa o Deputado Miltinho Puppio.

Temos hoje já no Estado do Paraná também a região de Guarapuava, que é o pólo da indústria da madeira, da erva-mate, nós temos a região do Deputado Valmor Trentini, Paranavaí, a citricultura; nós temos a região de Cianorte do Deputado Edno Guimarães, do vestuário; temos também na região de Foz do Iguaçu, que é o pólo do turismo, do Deputado Samis da Silva.

Estamos criando o pólo na região da CONCAN, região Centro-Oeste do Estado do Paraná, Campo Mourão, o pólo da indústria de alimentos.

Por quê? Porque temos a região o que se planta dá: ali se planta o soja, se planta o trigo, se planta o milho, se planta o amendoim, se planta mandioca, o algodão, ali dá o gado leiteiro, temos a piscicultura, um exemplo só no município de Iretama, agora para o mês de novembro, serão colhidos mais de cem mil quilos de pêssego.

E por isso que estamos aproveitando o Programa de desenvolvimento do Estado do Paraná, que é a industrialização deste Estado, que é para nós transformarmos a nossa matéria na nossa região.

Porque a região produzir e depois vender para ser transformado lá em São Paulo, ou em Santa Catarina, que não produz um pé de algodão? Temos que produzir na nossa região, para ali termos a distribuição da renda, a geração de empregos, para que um filho nosso não saia dali depois da formatura de um 2º grau, de uma faculdade e tenha que ir embora, em busca de novos horizontes.

A região Centro-Oeste do Estado do Paraná vai ser conhecida, não só no Estado do Paraná mas também no Brasil e também para nós exportarmos para outros países. Só para dar um exemplo: no Município de Araruna, o Prefeito implantou uma indústria de alimentos, hoje ele está mandando só para o Japão, neste mês de julho, 45.000 latas de feijão. Muito simples, cozinha o feijão, e manda para o Japão. Isso é criatividade, idéias novas para nós trazeremos a industrialização para o Estado do Paraná. E tenho certeza, com este pólo de desenvolvimento regional, que vai ser em Campo Mourão e mais alguns municípios da nossa região, nós teremos o progresso e o desenvolvimento, o fortalecimento do Governo do Estado do Paraná, e principalmente do nosso Estado.

Senhores Deputados, sabemos das dificuldades que estão atravessando os nossos comerciantes, nós sabemos das dificuldades do industrial e do agricultor, os três setores da Economia que fizeram deste Brasil quase um país de 1º mundo.

E hoje vemos a falta de atenção para estes setores. Esperamos que o Presidente da República estenda a mão para estes três setores, porque daqui a uns dias teremos o empregado e não teremos mais o empregador, a arrecadação das Prefeituras e do Estado está cada vez mais diminuindo.

Temos certeza o Plano Real é bom, só falta darem mais respaldo a Agricultura ao Comércio e a Indústria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Concedo a palavra ao Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Em mais de uma oportunidade, nesta Assembléia Legislativa já foi discutida a questão do IPE, em vários momentos tivemos este debate e sempre com um indicativo, de que o Instituto da Previdência do nosso Estado, vive uma crise econômica já há um bom tempo.

Nesses debates chegou-se a levantar as cifras de que o Governo do Estado deveria cerca de 400 milhões de dólares, coisas astronômicas, mas essa questão da crise econômica do IPE, parece que não afeta todo mundo, afeta principalmente alguns setores do funcionalismo público, os de baixo, aqueles que percebem menores salários, aqueles que teriam umas pensões ínfimas a receber geralmente são as vítimas dessa questão da crise.

Dia 5 próximo passado, a Folha de Londrina divulgou que o Governo do Paraná vai gastar cerca de 20 milhões para suspender o andamento de 2.900 processos judiciais contra o IPE, diz a Folha de Londrina suspender esses processos.

A razão disso é que desde outubro/89 a dezembro/92, os pensionistas receberam apenas 60% dos vencimentos dos servidores da ativa e a razão é que a partir de 89 alegam esses pensionistas que deveriam receber 100% conforme o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

Em função disso, alguns pensionistas entraram com alguns processos administrativos, outros como no caso da Senhora Rosi de Oliveira Buzatto, com processo judicial contra o IPE e outro contra o Governo do nosso Estado.

O caminho aberto pela Senhora Rosi fez com que o IPE em março deste ano garantisse o pagamento para esta Senhora, no valor de 377.309,35 reais, informa a Folha de Londrina.

O que nos chama a atenção é que antes de que tal acordo fosse efetuado, o advogado da pensionista, Doutor René Dotti assistiu da ação ordinária que tramitava na 1ª Vara da Fazenda Pública, aonde já ha-

via ganho em 1.^a Instância, ou seja o advogado desiste da ação, após estranhamente, o IPE assina um acordo.

Geralmente, nos processos judiciais a gente vê o acordo sendo assinado nos tribunais e aí ele passa a ter a sua validade legal.

Diz o jornal, que o Senhor Waldemir Belinati classificou o caso de Dona Rosi como especial, por isso que foi feito esse acordo a posteriori. O que seria especial?

Especial é o montante de quase 400 mil reais que essa Senhora recebeu, ou especial é porque essa senhora é viúva de um ex-Deputado Federal, enquanto simples servidores ficam ao longo do tempo dos processos judiciais e administrativos para ter os seus direitos e mesmo quando ele não desiste ele tem dificuldade em receber, é esse que é considerado o especial?

Igual, a essa senhora pensionista existem também outros contribuintes facultativos e o total de acordo com a superintendência daquela autarquia do IPE seria de 64 contribuintes facultativos e que aguardam os seus direitos uma vez que o processo administrativo continua tramitando.

Enquanto aguardam o direito, agora pensa o IPE em suspender todas essas ações, uma vez que já tratou um caso especial ou talvez esse caso seja especial porque essa senhora também é irmã, de acordo com o que informa a Folha de Londrina, do Senhor Secretário Cândido Martins de Oliveira.

Talvez seja essa a razão especial porque foi tratado este caso.

O Senhor Belinati dessa maneira, abriu, vamos chamar assim, a porteira para que tratasse agora em igualdade os demais casos, por isso diz que o Governo do Estado estuda agora uma portaria para regulamentar todos esses pagamentos.

Algumas questões são levantadas, porque o acordo foi feito após a desistência do processo e não foi feito esse acordo dentro dos tribunais. E porque um acordo no qual o montante que foi requisitado, foi o montante pago, uma vez que quando se fala em acordo pressupõe que uma das partes ceda alguma questão, mas no entanto, a parte a Sra. Rosi recebeu todo o dinheiro, não houve um acordo, houve um entendimento do pleito da maneira com que ele era feito. Pergunto: não deveria o Governo ou a Administração do IPE recorrer dessa e de todas outras ações até a última instância, e não já na primeira instância após decisão fazer um acordo mesmo quando o processo foi desistido? Porque é que não foi até as últimas instâncias do Poder Judiciário como faz em todos os processos? E porque não pagar através de precatória como faz todos os processos que tramitam junto ao

Governo do Estado, inclusive inúmeras precatórias trabalhistas na qual este acabou sendo favorecido?

Neste acordo assinado no dia 23 de março, reza este acordo que ao receber os atrasados com todos os cálculos, quero dizer a todos os Deputados que a pensionista recebe o valor do valor de um Deputado Federal, ou seja 8 mil reais, uma vez que pagava o ex-Deputado Arnaldo Buzatto facultativamente o IPE, como Deputado Federal e não como Funcionário Público. Então o valor da pensão hoje é de 8 mil reais. Por isso é que foi tratado de maneira especial, enquanto os de baixo ficam na fila. Em tal acordo diz que de conformidade com a sentença, de acordo com os autos 30738/94 que tramita na Primeira Vara da Fazenda Pública. Quer dizer, tramitava porque o acordo foi feito após retirar. E continuando o acordo, mais adiante, nos informa que havia um outro processo tramitando também dessa mesma Sra. Rosi de Oliveira Buzatto, contra o Governo do Estado. E que tal processo nesse acordo diz que essa Senhora deve retirá-lo. E esse acordo causou estranheza inclusive a Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Eu quero ler uma parte do parecer dado pelo Procurador do Estado Clemerson Merlin Cléve que diz o seguinte (Lê):

"O Estado do Paraná não participou da Transação

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Exmo. Sr. Doutor Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública.
Falências e Concordatas.

AUTOS n° 3.738, de Ação Ordinária
REQUERENTE: Rosi de Oliveira Busato
REQUERIDOS: IPE e Estado do Paraná

O Estado do Paraná, por meio do Procurador adiante assinado, nos autos acima epigrafados, de ação ordinária proposta por Rosi de Oliveira Busato, tendo em vista o teor da respeitável decisão de fls., vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência para o fim e, ao final requerer o seguinte:

- 1- O Estado do Paraná não participou da Transação Administrativa juntada em cópia aos presentes Autos;
- 2- Não tendo sido, o Estado do Paraná, excluído da relação processual, qualquer Transação Administrativa deveria contar com o seu assentimento;
- 3- Requerida a desistência do feito, pela Autora, cumpre ouvir o Estado do Paraná pelo simples fato de, ainda, integrar o feito na qualidade de litisconsorte.
- 5- No presente caso, o Estado do Paraná reitera os termos da douda manifestação

Curitiba, terça, em 08.08.95

ministerial de fls. 127-130. Com efeito, prolatada a decisão final, conferida a prestação jurisdicional, encontra-se exaurida a instância. Apenas o Tribunal de Justiça, agora, ouvidos os requeridos, poderá homologar o acordo juntado às fls. 124 dos presentes Autos.

6- Cumpre, todavia, à Procuradoria-Geral do Estado, neste momento, manifestar a sua estranheza com o "Termo de Transação Administrativa" concluído pela Requerente com o IPE. Estranha, em primeiro lugar, por não ter sido consultada sobre referido acordo; estranha, depois, porque referido ajuste se não ofende o disposto no art. 100 da Lei Fundamental da República, pode ter ofendido os princípios constitucionais da impessoalidade da Administração Pública e da isonomia.

Diante do exposto, o Estado do Paraná, reiterando os termos da respeitável manifestação ministerial de fls. 127/130, requer seja o presente feito encaminhado à instância superior, a quem caberá, ouvidos os requeridos, inclusive o Estado do Paraná, resolver sobre a homologação requerida.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Curitiba, 26 de junho de 1995.

CLÉMERSON MERLIN CLÉVE

Procurador do Estado"

Esse acordo feito entre o superintendente do IPE, Senhor Valdenir Belinati e a Senhora Rosi Oliveira Busato, não foi ouvido o Estado, foi fora das barras dos tribunais e sem ter sido esgotado todo o processo judicial até as últimas instâncias. Isso dispõe contra a legalidade e inclusive contra a moralidade pública, de acordo com o exposto pelo procurador do próprio Estado do Paraná e o Estado, como litisconsorte não foi ouvido. A partir disso aí, estamos formulando um pedido de esclarecimentos, um pedido de informação junto ao IPE, que esperamos ver aprovado por este Plenário, para que alguns possam ser esclarecidos, porque o dinheiro do IPE, parte dele, é contribuição do servidor, mas parte é do Tesouro do Estado. Portanto, é contribuição de todo cidadão paranaense e deve ser dinheiro tratado dentro da maior lisura possível, para que não sejam gastos indevidamente ou tratados e gastos com casos especiais, conforme o superintendente do IPE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das lideranças do PDT, do PFL, PSDB, PPR, PP, PMDB, PSC, PTB e Liderança do Governo não houve oradores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado João Techy Filho, constante do expediente, solicitando licença para ausentar-se do País no período de 26 de agosto a 09 de setembro do corrente ano, em virtude de viagem ao Canadá a convite do Ministério da Agricultura do Estado de Alberta. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Techy Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelvo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Joel Coimbra, Anibal Khury e Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Doutor Camargo - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 07 de junho. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP", com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. **PARECER FAVO-**

RÁVEL DA C.C.J..

A Mesa retira de ofício, pois a Associação já foi declarada de Utilidade Pública. **Arquivado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/95, de autoria do Deputado Anibal Khury e João Techy Filho, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Doutor Affonso Antonuk. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Iporã. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/95, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a "Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural da Comarca de Marilândia do Sul - CONEDAEC. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sérgio Sibel Soares Reis. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62 de 05.06.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 204/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Sérgio Sibel Soares Reis.

A Lei nº 5.638 de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense:

I - desempenho com denodo de função

pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social, e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis: preenche ela os requisitos exigidos na legislação.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/95, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de São Pio X, desmembrado do Município de Francisco Beltrão. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 42, de 02.05.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/95

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução nº 016/95, do eminente Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de São Pio X, desmembrado do Município de Francisco Beltrão/PR, procura atender as aspirações daquela comunidade.

Ao analisar o presente projeto de resolução, verificamos que está em condições de prosseguir em sua tramitação normal, sendo que as certidões do TRE e IBGE, poderão ser anexadas posteriormente.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Não recebido pela Mesa.** Em votação o Projeto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) (Para Discutir) - Na realidade, na Ordem do Dia da Sessão de hoje consta esse projeto de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que já tramitou por esta Casa, embora recebesse parecer da C.C.J., falta de documentos como as certidões do TRE e do IBGE para que esse projeto possa ser votado.

Na Mesa, um requerimento de minha au-

Curitiba, terça, em 08.08.95

toria, pedindo que durante cinco sessões esse projeto seja retirado da Ordem do Dia.

Queria dizer aos nobres Deputados que há um conflito muito sério na criação desse Município Pio X, porque as áreas limitrofes não estão bem corretas. Há uma manifestação de uma comunidade chamada Barra Bonita, que quer pertencer ao outro município que também será desmembrado, e seriam dois municípios desmembrados do Município de Francisco Beltrão. Um, seria esse Município de Pio X, e outro, o Município de Jacutinga.

No projeto de resolução tem o abaixo-assinado de uma comunidade inteira, de centenas de pessoas que desejam que a sua comunidade não fique vinculada ao Município de Pio X, mas sim, à possível criação do Município de Jacutinga. Inclusive, só para os Senhores terem uma idéia da gravidade, esse Município de Pio X entra na área urbana do Município de Jacutinga.

Por isso, queria solicitar aos Senhores Deputados que votem no requerimento pedindo adiamento por 5 Sessões.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Esse projeto de lei, em que pese a argumentação do Deputado Romanelli, está devidamente pautado dentro dos critérios estabelecidos pela lei. Os limites são extremamente claros no projeto e evidentemente as possíveis divergências que não querem o município, poderão se dar, evidentemente, na votação do plebiscito.

Com relação ao requerimento, Senhor Presidente, invoco o artigo 159, § 1º: "Ao Projeto em Regime de Urgência não será permitido conceder adiamento", razão pela qual solicito a Vossa Excelência que desconsidere o requerimento, Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sugiro aos Senhores Deputados que se aprove o projeto em primeira discussão, que se retire por duas Sessões, de acordo com a combinação dos Deputados, a fim de que essas dúvidas sejam dirimidas.

Não há acordo, vamos votar. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Resolução 016/95. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2057, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2060, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2061, 2062, 2063, 2064 e 2065, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2066, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2067, de autoria do Senhor Deputado João Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2070, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080 e 2081, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2083, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2087, 2088, 2089, 2090, 2091 e 2092, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2093, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2094, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2095 e 2096, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2100, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2097, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2101, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2098, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento n° 2082, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2084, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2102, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/95 e do de Resolução n° 016/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 017, 033, 064, 072, 154 e 244/95.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

PORTARIA N° 110/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de TAYLOR EDNIR NIEDWIEDZ, matrícula n° 40110, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, admitido em 03 de fevereiro de 1983, exercendo o cargo de Agente Administrativo "N 61", o tempo de um (01) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio, compreendido entre 03 de fevereiro de 1983 e 03 de fevereiro de 1988; e entre o 2° quinquênio compreendido entre 03 de fevereiro de 1988 e 03 de agosto de 1992, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

(Prot. n° 6012/95)

Gabinete da Diretoria Geral. em 13.06.95.

PORTARIA N° 111/95

conceder, a GISELE PACHECO BATISTA, funcionária deste Poder, sob Regime Jurídico Único, licença para tratamento, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 09.05.95 a 06.09.95.

(Prot. n° 7009/95)

PORTARIA N° 112/95

conceder, a TEREZA FELIX, funcionária deste Poder, sob Regime Jurídico Único, licença para tratamento, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 21.05.95 a 18.05.95.

(Prot. n° 7008/95)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.07.95.

PORTARIA N° 117/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉLIA DA SILVA, matrícula n° 40360, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "N 61", o tempo de um (01) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio, compreendido entre 01.03.84 e 01.03.89 e o 2° quinquênio compreendido entre 01.03.89 e 01.09.93, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

(Prot. n° 6807/95)

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.08.95.

PORTARIA N° 121/95

mandar contar, para efeito de aposentadoria, em favor de PAULA MARLI SASS, matrícula n° 40.234, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", N-61, nos termos do art. 35, parágrafo 5°, da Constituição do Estado do Paraná, o tempo de 18 (dezoito) anos, 09 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias de serviços prestados à atividade privada, conforme anexa Certidão do INSS, e já descontado da mesmo o tempo paralelo.

(Prot. n° 5586/95).

PORTARIA N° 122/95

colocar a disposição do Instituto de Previdência do Estado (IPE) ROBERTO DA SILVEIRA MORAES, matrícula n° 40.052, sob Regime Jurídico Único, Médico, funcionário deste poder, com ônus para o órgão de origem até 31 de dezembro de 1995.

(Prot. n° 5538/95).

PORTARIA N° 123/95

colocar a disposição do Governo do Paraná HECTOR VINICIUS WAGNER, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.95, a fim de prestar serviços junto ao Instituto de Pesos e Medidas do Paraná- IPEN.

(Prot. n° 5539/95).

PORTARIA N° 124/95

Curitiba, terça, em 08.08.95

mandar contar para todos os efeitos legais, em favor de DOMINGOS DE GUSMÃO MATOS, matrícula n° 40.788, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "61", nos termos do art. 35 e parágrafo 2° da Constituição Estadual, o tempo de dois (02) anos e dez (10) meses,

período compreendido entre 01.03.84 e 31.12.86, em que exerceu cargo em Comissão, nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Prot. n° 3305/95).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.95.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

ESPECIAL

BSGI

ASSOCIAÇÃO BRASIL SOKA GAKKAI INTERNACIONAL
Ano II - n° 5 - Mai/95

DESENHOS ATRAEM MULTIDÕES

Depois de apreciada por mais de 1 milhão de pessoas, em outros países, a exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo" repete o sucesso no Brasil

Um sucesso de público e de crítica. Assim pode ser descrita a exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo", depois de sua bem sucedida passagem por Brasília, a segunda cidade brasileira a receber essa grandiosa mostra internacional.

Com isso, já ultrapassa a casa de 75 mil o número total de pessoas que visitaram a exposição em nosso país. Apresentada pela primeira vez ao público em outubro do ano passado, nas dependências do Centro Cultural São Paulo, na capital paulista, a exposição reúne quase mil trabalhos desenvolvidos por crianças do mundo inteiro - quinhentos dos quais selecionados de um acervo com mais de 50 mil trabalhos -, que retratam temas do cotidiano, a sua visão do mundo e do futuro que elas desejam.

Na versão brasileira, a mostra inclui cerca de 530 desenhos selecionados entre 11.500 trabalhos, através de concurso promovido pelo MEC e BSGI, junto a alunos de 53 instituições do Ensino Fundamental.

Fruto da iniciativa da Soka Gakkai International (SGI), entidade não-governamental voltada para a promoção da paz, cultura e educação, com o apoio da UNESCO, a exposição "Desenhos das Crianças do Mundo" já percorreu - desde sua inauguração oficial em 1988 - mais de 50 cidades do mundo, tendo sido vista por nada menos que um milhão de pessoas de países como Japão, Canadá, Paraguai, Malásia, Vietnã, Tailândia, China, Rússia e, agora, o Brasil.

Arca do tesouro - Muito mais que uma simples exposição infantil, as obras expostas são fruto de um árduo

"Essa exposição é como uma arca do tesouro a que chamamos 'futuro das crianças'", afirmou Daisaku Ikeda em mensagem enviada por ocasião da abertura da exposição em São Paulo. "Por esse motivo ficarei muito feliz se este evento tornar-se um momento de diálogo com os sonhos dos amigos do mundo, pois através disso ampliar-se-ão vigorosas ondas de paz e esperança", completou otimista.

Por conta de tais propósitos, nada mais oportuno que dedicar essa edição especial do BSGI News inteiramente ao assunto. Ao destacar os objetivos da realização da exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo" e o verdadeiro trabalho de bastidores que envolveu a sua realização em nosso país e no mundo, temos a certeza de estar contribuindo para a valorização da educação e da cultura como a mais sublime manifestação humana. Como é desejo permanente de cada uma das crianças do mundo, expresso nos seus sonhos em forma de desenhos.

trabalho de educadores. E refletem, por sua vez, o desejo do presidente da SGI, Daisaku Ikeda, de mostrar ao mundo a criatividade e o imensurável potencial das crianças.

EXPOSIÇÃO
DESENHOS
DAS
CRIANÇAS
DO BRASIL E DO MUNDO



Editorial

AS EXPECTATIVAS INFANTIS GANHAM ESPAÇO MERECIDO

O sucesso da exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo", levou o BSGI News a produzir uma edição inteiramente dedicada ao assunto. Os números falam por si. Depois de ser exibida nas cidades de São Paulo e Brasília, a mostra já foi vista por nada menos do que 75 000 pessoas, repetindo o sucesso que obteve nos países em que se apresentou, sendo apreciada por mais de 1 milhão de visitantes.

Muito mais do que uma mostra de trabalhos infantis, a importante iniciativa vem ao encontro dos objetivos traçados pela Soka Gakkai International e seu presidente Daisaku Ikeda de promover a paz, a cultura e a educação. Preocupações que se revelam através da valorização da criança, das suas opiniões e do seu potencial artístico.

No roteiro da exposição ainda estão previstas outras cidades brasileiras. Criando, assim, oportunidade para que o maior número possível de brasileiros possa refletir sobre a busca infantil de um futuro melhor, baseado na paz mundial.

EVENTOS PELA PAZ

Enquanto organização não governamental filiada à ONU, a SGI sempre se preocupou em apoiar a promoção da paz mundial, por meio de atitudes concretas. Por isso acredita que a promoção de eventos culturais, especialmente exposições, é um dos caminhos que mais contribuem para esse grandioso objetivo. Segundo a entidade, a experiência de participar desses eventos ajuda a verter em cada um seus colaboradores e visitantes o espírito de respeito pelas pessoas de diferentes países e culturas. Dentro desse princípio, a SGI foi responsável por outras importantes exposições, muitas das quais até hoje percorrem o mundo, entre elas: "Os Direitos Humanos no Mundo Contemporâneo" (prevista para 96, no Brasil), "Diálogos com a Natureza", "Exposição sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento", e "Eternos Tesouros do Japão", apresentada no Brasil em 1993, no MASP.

notícias

DO MUNDO

Uma ponte de paz e confiança



Daisaku Ikeda em visita à exposição de Hong Kong.

A idéia de se realizar a exposição "Desenhos das Crianças do Mundo" nasceu do desejo do presidente da SGI - Soka Gakkai International, Dr. Daisaku Ikeda, de divulgar trabalhos criativos, mostrando o grande potencial das crianças e a sua visão com relação ao futuro e ao mundo. A exposição, na visão de seu idealizador, deveria representar uma ponte de paz e confiança entre os povos, possibilitando despertar nas pessoas um sentimento positivo e de cumplicidade, além de um sincero senso de responsabilidade para com o futuro desses herdeiros.

Obedecendo fielmente a esses propósitos e, já contando com o apoio da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas - UNESCO, a exposição começou a ser preparada cuidadosamente pela Divisão de Educadores da SGI. Até que, em 1988, foi apresentada pela primeira vez ao público.

Depois de aberta oficialmente na cidade de Tóquio e excursionar pelo restante do país, concretizando mais 50 exposições, a exposição iniciou sua turnê internacional. Fora do Japão, a mostra registra passagens pelo Canadá (Montreal e Toronto), o Paraguai, a Malásia, o Vietnã, a Tailândia, a China (Hong Kong), a Rússia (Moscou) e agora no Brasil, tendo sido visitada por mais de um milhão de pessoas.

Por ocasião de sua realização em Hong

Seikyo Press

Kong (em fevereiro de 1991), o Diretor Geral da organização local, Lee Kong Sau, expressou as seguintes palavras que sintetizam o próprio espírito desse evento: "Ninguém no mundo possui o direito de roubar dessas crianças a felicidade e o futuro repleto de esperança. A paz começa com as pessoas desejando partilhar seus sentimentos mais

profundos. Espero que a exibição sirva para fortalecer a confiança mútua e o bom relacionamento entre as pessoas e que, em prol das crianças, todo adulto partilhe a responsabilidade de acalantar o objetivo de construir um mundo sem guerras".

Na abertura da exposição na cidade de

Seikyo Press



Crianças vietnamitas apreciam os desenhos em Hanói.

Ho Chi Minh, no Vietnã, o conselheiro da UNESCO para a cultura da Ásia e do Pacífico, Richard A. Engelhardt, frisou que "iniciativas como essa somente contribuem para melhorar a compreensão entre as crianças do mundo".

Thuc Doan, colunista do *The Saigon Times*, o jornal escrito em inglês mais importante do Vietnã, publicou num artigo: "Os mais belos desenhos da coleção são os que ilustram os sonhos infantis. São sonhos cristalizados pelas cores, pelo amor e pelos desejos de um futuro em que a paz seja perpétua".

PERSONALIDADES FALAM DA MOSTRA



"Esta exposição retrata muito bem as preocupações das crianças de todo o mundo e revela uma certa universalização da cultura o que, no futuro, com certeza, se traduzirá em uma sociedade mais universal. É também muito importante para o desenvolvimento das relações de entendimento entre os povos. Por isso, esse trabalho que a SGI vem desenvolvendo é muito importante. Gostaria de manifestar meus agradecimentos ao presidente Ikeda e também minha esperança de que possamos continuar esse trabalho conjunto entre o MEC e a BSGI, para a promoção da paz e da cultura entre os povos, no mundo e um intercâmbio maior entre as nações."

PAULO RENATO SOUZA
Ministro da Educação e do Desporto



"Nós queremos nesta oportunidade, representando o parlamento brasileiro cumprimentar o presidente da BSGI, Eduardo Taguchi, pela iniciativa de trazer a utopia e a "viagem" que milhões de crianças fazem quando expressam, através da arte, o sentimento puro registrando a realidade de seu cotidiano e os sonhos que muitas vezes não são realizados pela falta de sensibilidade dos adultos. Esta semente que estamos plantando no dia de hoje é fundamental para o a sociedade como um todo, pois é onde buscamos dar a educação e a cultura a todos. Tenho certeza que tal iniciativa irá proporcionar muitos frutos, não só em nível nacional, mas em tantos outros países onde a SGI se acha presente."

RITA CAMATA
Deputada Federal



"Acho que essa exposição é excepcional em sua capacidade de sensibilizar, de mobilizar e também de preocupar as pessoas em relação à forma como as crianças estão se expressando, que tipo de linguagem elas estão usando e que mundo elas estão representando. Além do que, ela se constitui para nós num alerta em relação às necessidades educativas e artísticas das crianças que, ao meu ver, trata-se de um déficit que temos de administrar e resolver. A expressão artística das crianças no Brasil me parece revelar uma certa carência e não é segredo para ninguém que o Brasil apresenta um quadro social, em relação à infância, dos mais alarmantes e injustos, que teremos de trabalhar de forma séria para resolver e recuperar essa situação."

LUIS CARLOS MARQUES
Conservador-chefe do MASP

"Eventos como esse promovido pela SGI são de suma importância para desenvolver nas crianças várias potencialidades. Uma delas é a expressão artística das suas idéias para o próprio futuro e o do mundo. Essa exposição dá ênfase para o entendimento entre as crianças do mundo inteiro, sem distinção de raça, nacionalidade e religião. E também expressa a vontade infantil de ter uma vida digna, com condições de estar em harmonia com o meio ambiente."

AGOP KAYAYAN
Representante do UNICEF no Brasil

"Os objetivos da SGI são praticamente iguais aos da UNESCO, pois visam a paz mundial. A paz através da arte, a paz através do respeito entre os povos. Esta exposição que visa a criança é muito importante. A UNESCO e a SGI tem percorrido um caminho com muitos frutos. No futuro, acredito, teremos que aprofundar ainda mais esse nosso intercâmbio através da realização de outros eventos que contribuam para o desenvolvimento e entendimento entre as nações."

MIGUEL ENRIQUEZ
Representante da UNESCO no Brasil

Pelo Brasil

Dentro do propósito perseguido pela SGI - Soka Gakkai Internacional de levar a mensagem das crianças ao maior número de pessoas, em todo o mundo, inúmeras outras cidades brasileiras, além de São Paulo e Brasília, estão programadas para apreciar a exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo". Belo Horizonte recebe a mostra ainda neste mês. Embora sujeita a confirmação, no ano de 95 a exposição deve ser apresentada em Curitiba e Campo Grande.

ENTREVISTA THOMAZ IANELLI

O artista plástico reconhecido internacionalmente fala de sua participação na Exposição "Desenhos...", defende a aproximação da arte com a criança e comenta o esforço da SGI.

Filho de italianos, o paulistano Thomaz Ianeli, 63 anos, dos quais cerca de 40 de pura integração com a arte, iniciou sua carreira atuando na área de publicidade, como cartazista e desenhista de anúncios. Atividades que acabou abandonando pela opção de se dedicar inteiramente à pintura. Reconhecido mundialmente pelo conjunto de sua obra, Thomaz Ianeli é considerado um dos maiores pintores brasileiros da atualidade, juntamente com Aldemir Martins e Wesley Duke Lee. Membro integrante da Comissão Especial da exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo" teve uma atuação decisiva para o sucesso da mostra em São Paulo. Para falar desse trabalho, de sua visão da arte e das crianças, Ianeli recebeu em seu atelier, em São Paulo, o BSGI News para a entrevista que segue.

BSGI News - Como foi sua participação na exposição?

Ianeli - Fui à sede da BSGI por dois dias. Fiquei encantado com as pessoas maravilhosas, muito humanas, que estão envolvidas nesse evento altamente educacional. Também foi um grande prazer ver tantos desenhos vindos das escolas participantes. Pude constatar quanta coisa boa pode ser feita para a criança brasileira.

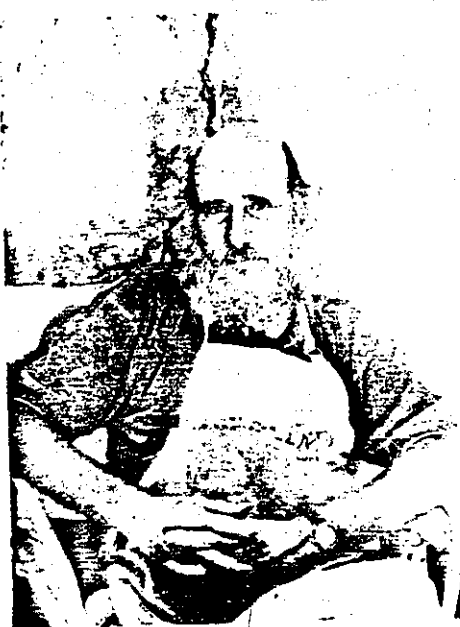
BSGI News - Nestes dois dias de envolvimento com os desenhos infantis, o que mais o impressionou?

Ianeli - Percebi uma riqueza imensa, imensa. A criança tem uma potencialidade natural, inata. Ela nasce com a expressão, com o gosto, com sensibilidade. Ela é melhor quando não aprendeu. Se ela aprende ela desaprende. É uma expressão verdadeira porque não foi aprendida, manifestada das mais variadas formas. A Soka Gakkai só merece muitos, muitos elogios por promover essa exposição, já que atinge uma camada grande da juventude brasileira.

BSGI News - E quanto aos desenhos internacionais em comparação aos produzidos pelas crianças brasileiras?

Ianeli - As crianças de fora já

Editora Brasil Serkyo



“A criança brasileira tem muita espontaneidade e consegue fazer muito, considerando os recursos que tem e o precário apoio que recebe.”

têm um outro tipo de educação e de vivência artística. Não é raro, em quase toda a parte do mundo, nos finais de semana, elas acompanharem os pais aos museus. Um comportamento que se reflete em seus desenhos, feitos com material mais adequado, usando acrílica, guache, até gravura! Nesse sentido, não se pode traçar um paralelo com os desenhos brasileiros. A criança brasileira tem muita espontaneidade e consegue fazer muito, considerando os recursos que tem e o precário apoio que recebe. Nem a criança tem apoio para a arte, nem nós, artistas. Mesmo assim os trabalhos brasileiros tinha coisas fantásticas, de muita expressão, de muita coragem, de

muita força própria. Nossas crianças nos representam muito bem.

BSGI News - É positivo o fato de estar viajando para outras cidades do Brasil?

Ianeli - Quase primordial porque estas capitais têm que estar inteiradas desse trabalho a longo prazo, com diretrizes e objetivos definidos da Soka Gakkai. Os outros estados têm que estar a par disso e apoiar. É um trabalho definitivo, sem qualquer correção a fazer, nós só devemos é ajudar. Além disso, representa uma oportunidade de conhecer mais de perto a amplitude do trabalho da Soka Gakkai. Na área da música, por exemplo, eu acho que essa organização está cercada de pessoas altamente competentes: o Amaral Vieira, um excelente maestro. Eu acho que é, sem dúvida nenhuma, o que temos de melhor. Ao aproximar também a música da criança, ela vai ganhar. E nós

BSGI News - O incentivo a essas crianças pode torná-las verdadeiras artistas?

Ianeli - Depende. Além do incentivo, é preciso gostar. Mas elas não sabem se podem gostar se não experimentam. Portanto, é necessário que os adultos as incentivem. A força da expressão precisa ser alimentada, doutrinação até chegar a alguma coisa espontânea. Ela é aberta a todos. É só dar o caminho. É só criar um pouco de oportunidade.

BSGI News é uma publicação bimestral da Associação Brasil SGI, editada pelo Depto. de Imprensa e Arte Literária.

Jornalista Responsável
Gleice Carvalho (MTb 16.520)
Para obter maiores informações:
Rua Tamandaré, 984 - São Paulo
Brasil - CEP 01525-000
Fone: (011) 279-6122 - FAX 279-3921
com Sodao.